

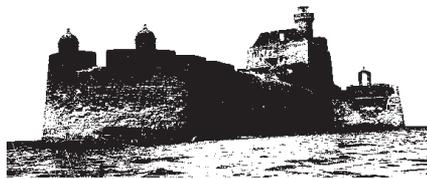
Cláudia B. Heynemann e Vivien Ishaq
Doutoras em História pela UFRJ e UFF,
respectivamente, e pesquisadoras no Arquivo Nacional.

Elaine Cristina F. Duarte e Vivian Zampa
Mestres em História pela UERJ e pesquisadoras
do site *O Arquivo Nacional e a história luso-brasileira*.

O Arquivo Nacional Vai às Escolas

O artigo analisa a atuação do Arquivo Nacional no campo pedagógico, por meio da divulgação de documentos de seu acervo no site *O Arquivo Nacional e a história luso-brasileira*. Trata, especificamente, da seção intitulada "Sala de aula", uma iniciativa que, além de um fim em si mesma, abre à área de pesquisa da Instituição a oportunidade de uma reflexão pertinente aos arquivos, à produção historiográfica e ao ensino em história, problematizando a relação entre os conteúdos programáticos previstos nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) e o acervo institucional, nos termos de sua adequação mútua.

Palavras-chave: ensino de história, história colonial, pesquisa histórica, arquivos nacionais.



The article analyses the National Archive's action in the pedagogical field, by divulging documents of its collection in the site *O Arquivo Nacional e a história luso-brasileira*. Specifically, it deals with the section entitled Classroom, an initiative, which besides being an end in itself, opens to the Institution research area the opportunity of a reflection relevant to the archives, the historiographic production and the teaching of history, placing in problem form the relationship between the programmatic contents provided in the Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) and the institutional collection, in the terms of their mutual suitability.

Keywords: the teaching of history, colonial history, historical research, national archives.

O ARQUIVO NACIONAL E A HISTÓRIA LUSO-BRASILEIRA

No quadro de três séculos de domínio português, o Arquivo Nacional foi herdeiro da tradição lusa, por genealogia administrativa e por parte significativa do patrimônio que

conserva. Aos fundos e coleções gerados pela burocracia colonial, à vasta correspondência e legislação, por meio da qual se expressa a política metropolitana, agregam-se aqueles que vieram com d. João para o Rio de Janeiro em 1808. Os efeitos da chegada da Corte portuguesa

ao Brasil materializaram-se tanto na transposição de órgãos da estrutura administrativa metropolitana quanto na fundação do Real Horto, da Biblioteca Real e do Museu Real. Os sonhos dos intelectuais da segunda metade do XVIII viriam acontecer, finalmente, em um cenário no qual “imprensa, periódicos, escolas superiores, debate intelectual, grandes obras públicas, contato livre com o mundo (numa palavra: a promoção das Luzes) assinalam o reinado americano de d. João VI, obrigado a criar na Colônia pontos de apoio para o funcionamento das instituições”.¹

No século XIX, instituições públicas ou privadas, como a Biblioteca Pública, o Museu Nacional e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, investiram no enriquecimento de seus acervos, obtendo obras, coleções e documentos na Europa e em outras regiões do país. A partir de seu funcionamento efetivo, o Arquivo Público procurou, por diversos meios, ampliar e qualificar seu universo documental. É ainda na década de 1840 que chegam ao Arquivo Público os documentos do extinto Desembargo do Paço, que funcionara no Brasil a partir da chegada da Corte portuguesa, até 1828. Achavam-se em “completo abandono” no Supremo Tribunal de Justiça, muitos já em estado precário. Nesse período, foi também recebido outro órgão da administração joanina, a extinta Mesa da Consciência e Ordens. Os esforços empreendidos para a formação do acervo da Instituição en-

volveram a viagem de Antônio Gonçalves Dias, em 1852, a diversas províncias do Norte, com a missão de coligir documentos em bibliotecas e arquivos de mosteiros e repartições públicas. Deveriam ser reunidos, especialmente, aqueles que pelo decreto de 1838 se destinavam ao Arquivo Público, “sendo devida ao seu zelo, no desempenho daquela comissão, não só a efetiva entrada para o Arquivo de documentos importantes, mas também a notícia da existência de outros, cuja aquisição se trata de realizar”.²

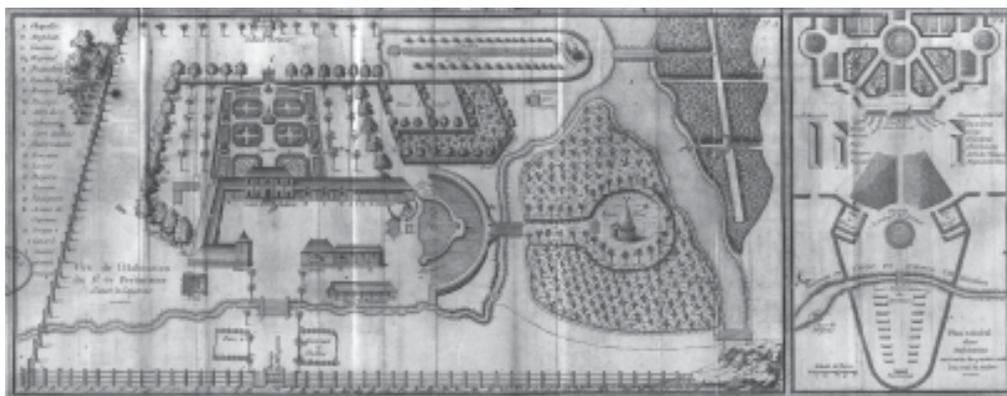
O recolhimento ou a reprodução de documentos da história colonial brasileira evidencia algo intrínseco aos arquivos como um todo: o processo constitutivo de seus acervos, muito mais do que a idéia de recomposição dos fragmentos de uma dada história do Brasil. Ao longo do tempo, esses fundos e coleções, públicos ou privados no Arquivo Nacional, adquiriram diferentes sentidos, exemplificados nas classificações adotadas na passagem para a República, em que foram reunidos os segmentos “Brasil Reino” e “Brasil Colônia” ou na renovação do interesse por determinados temas como a Inconfidência Mineira. Grupos de trabalho, publicações, exposições, arranjos, são, direta ou indiretamente, intervenções que reconfiguram seu sentido, atribuindo valor a alguns conjuntos, destacando aspectos, permitindo e conduzindo algumas abordagens de pesquisa.

Um momento privilegiado para refletirmos sobre a história luso-brasileira no âmbi-

to do Arquivo Nacional foi, inegavelmente, a comemoração do V Centenário dos Descobrimentos. Publicações, exposições, seminários e bases de dados foram alguns dos produtos visíveis dessa participação. Um dos produtos realizados foi a base de dados *Roteiro de fontes do Arquivo Nacional para a história luso-brasileira*,³ que compreende o período colonial e a administração de d. João VI no Brasil. A parcela do acervo institucional compreendida no período entre o final do século XVI e as duas primeiras décadas do século XIX distribui-se em cerca de 170 fundos ou coleções, de proveniência pública ou privada, produzidos, principalmente, pela administração central e por tribunais e câmaras, em Portugal ou em suas colônias, em sua maior parte na colônia americana. Com um total de 3.486 unidades de arquivamento (correspondentes a um volume de códice, pacote de uma caixa, maço ou processo), a base possibilita a pesquisa em 3.880 descritores onomásticos, 2.234 descritores toponímicos e 1.600

descritores temáticos que podem ser relacionados com as datas-limite escolhidas pelo usuário.

Esse trabalho fez sobressair diversos aspectos da documentação que não eram identificados pelos instrumentos de pesquisa, além de criar uma outra dinâmica de consulta, comunicando documentos de diferentes proveniências entre si. O *Roteiro* permite, assim, a seleção de temas como arte, cidades, domínio holandês, comércio de escravos, família, festas religiosas, história natural, índios, manufaturas, mineração, Portugal – invasão napoleônica, habitação, produtos tropicais, quilombos, pau-brasil, entre tantos outros. Também as espécies documentais são variadas, como cartas régias, alvarás, inventários *post-mortem*, processos crimes, memórias etc. Esse amplo espectro temático oferecido pela base de dados subsidia toda a atividade de pesquisa envolvida no site *O Arquivo Nacional e a história luso-brasileira*, cujo conteúdo e estrutura foram elaborados a



Planta de uma propriedade em Caiena. Chevalier de Préfontaine. *Maison rustique: a l'usage des habitans de la partie de la France équinoxiale, connue sous le nom de Cayenne*. Paris: Chez Bauche, Libraire, à Sainte Genevieve, & à Saint Jean dans le désert, 1763

partir de 2002, com o acesso às informações em 2003.

A idéia de luso-brasileiro figura assim como uma síntese, o que certamente envolve uma opção historiográfica, apostando em uma tradição ibérica, pensando em um projeto tal como se desenhou ao final do setecentos, e em uma reciprocidade nos termos das transformações culturais operadas nessas sociedades. Priorizar esse enfoque resultou não apenas em um título, mas na estruturação dos grandes temas eleitos para o *site* de história colonial.

Voltado para a difusão do acervo do Arquivo Nacional e de suas publicações e eventos relacionados ao tema, o *site* abrange diversas linhas de pesquisa e áreas do conhecimento, constituindo, também, um espaço dedicado à divulgação de outros lançamentos editoriais, congressos e seminários, resenhas, ensaios, projetos e atividades acadêmicas.

Colaborar com o ensino de história por meio da divulgação de documentos de seu acervo, de acordo com as principais diretrizes previstas para a disciplina, tornou-se uma tarefa inadiável para a principal instituição arquivística do país, detentora de um acervo privilegiado em extensão e diversidade e que ainda é de difícil acesso para estudantes e professores, dada sua complexidade. Essa iniciativa, além de um fim em si mesma, abre à área de pesquisa da Instituição a oportunidade de uma reflexão pertinen-

te aos arquivos, à produção historiográfica e ao ensino em história, problematizando a relação entre os conteúdos programáticos previstos nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) e o acervo institucional, nos termos de sua adequação mútua, significado, teor informativo, relevância, e, sobretudo, inserção nas principais linhas historiográficas.

Ao valor do patrimônio documental conservado no Arquivo Nacional, conferido por uma série de características, deve-se agregar a dinâmica de uma contínua interpretação de sua totalidade, dos nexos estabelecidos entre fundos e coleções, da materialidade dos diferentes suportes e formatos, enfatizando o caráter da construção e formação do acervo do Arquivo Nacional, em detrimento de uma relação de transparência com um determinado processo histórico.

As transformações operadas nos domínios da historiografia e da arquivística chegaram ao ensino da história nas escolas brasileiras, animadas pelo caráter interdisciplinar, pelo contato com novas pesquisas e pelo predomínio da história cultural, paralelamente à adoção de métodos de aprendizagem, contrários ao binômio memorização-reprodução e voltados para uma perspectiva crítica.

O acesso à expressão escrita de parte das sociedades estudadas possibilita o contato com a noção de discurso e de alteridade, com as diferenças culturais,

com a complexidade do tempo histórico, ultrapassando a fixidez de determinadas datas e eventos, com as diferentes dimensões comportadas pelos registros deixados: listas de utensílios domésticos e de escravos nos inventários *post-mortem*; tratados diplomáticos; documentos sobre a segurança no litoral e ataques de piratas; entre tantos outros, ampliam, assim, o sentido dos períodos históricos demarcados. Deve-se assinalar, ainda, que a inserção dos documentos no ensino, além de incentivar a pesquisa, dissemina a idéia fundamental da história como um campo de conhecimento, uma produção intelectual constituída, também, pela pesquisa nos arquivos.

APRENDENDO COM OS DOCUMENTOS: O ENSINO DE HISTÓRIA E AS FONTES ARQUIVÍSTICAS

A preocupação em sala de aula com a adequação dos conhecimentos construídos e a realidade de docentes e discentes ganharam corpo no Brasil há pelo menos duas décadas. Esse período coincidiu com a expansão dos cursos de pós-graduação e o maior diálogo estabelecido entre pesquisadores e profissionais da educação. Em meio a essas discussões foram estabelecidas diferentes propostas curriculares, influenciadas, sobretudo, pelos debates acerca das recentes tendências historiográficas, e que, igualmente, sugeriam as possibilidades de se rever o estudo da disciplina da história, nos ensinamentos fundamental e médio.

Pensando nesses problemas, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1996, apresentou uma série de mudanças, de forma a valorizar professores e alunos no processo de construção do conhecimento. Entre as medidas determinadas pela LDB, destacaram-se os projetos pedagógicos próprios de cada comunidade escolar e a adoção de diretrizes educacionais, propostas pelo documento que viria a constituir, dois anos depois, os PCN's.

Passava a ser defendida, dessa forma, a existência de diferentes percepções do processo de aprendizagem e a necessidade de integrar a teoria e a prática no campo da história, tendo em vista a incorporação de seus pressupostos teóricos e metodológicos. Sob essa perspectiva, os PCN's dedicados ao ensino da disciplina incentivam a problematização dessas questões pelo professor, assim como a utilização de abordagens e conteúdos alternativos que contemplem o desenvolvimento de atividades interdisciplinares e o uso de diferentes recursos didáticos.⁴

Em suas orientações gerais, observamos a valorização da pesquisa histórica, desenvolvida a partir da diversidade de documentos, como uma forma dos educadores explorarem diferentes fontes de informações, criando métodos e materiais didáticos capazes de favorecer a aprendizagem. Segundo os Parâmetros, a possibilidade de se trabalhar com diferentes metodologias e materiais didáticos

em sala de aula permite que os alunos adquiram, com o tempo, iniciativa para realizarem seus trabalhos, elegendo diferentes tipos de fontes de pesquisa, como as orais, iconográficas ou eletrônicas, entre outras.⁵

Em uma outra vertente, os profissionais de outros países ligados à pesquisa em arquivos e bibliotecas sinalizaram para a possibilidade de uma maior utilização de seus acervos, por parte de professores e alunos, no processo de ensino-aprendizagem. A partir dessa iniciativa, foram criados *sites* voltados para o ensino, adequando as mais variadas formas da linguagem documental à prática escolar. Um exemplo é o Arquivo Nacional do Reino Unido⁶ que, através de uma linguagem lúdica, disponibilizou o seu acervo para professores e alunos, estimulando a pesquisa e valorizando o conhecimento de sua história. Igualmente, os *sites* do Arquivo Nacional americano e do Arquivo Nacional francês⁷ destinaram atenção especial à área de educação, estimulando a consulta aos documentos arquivísticos.

Como assinalou os PCN'S, não se trata de formar "pequenos historiadores", tampouco que os mesmos escrevam monografias e teses acadêmicas. O mais importante, nessa perspectiva, é que o aluno esteja apto a selecionar as informações mais pertinentes ao estudo proposto de forma a interpretar as características do passado, confrontadas com a sua realidade.⁸

SALA DE AULA

O acervo do Arquivo Nacional, de caráter único, há muito se destaca na produção acadêmica de pesquisadores nacionais e estrangeiros, que encontram nos fundos e coleções conservados, uma fonte inesgotável de possibilidades de pesquisa, atendendo às mais recentes linhas historiográficas, estudos lingüísticos, cartográficos, antropológicos etc. A proposta de construção de um *site* de história luso-brasileira pelo Arquivo Nacional considerou o acervo e a relevância da instituição para os estudos desenvolvidos na área de história colonial, além da possibilidade de contribuir para o ensino de história nos níveis médio e fundamental.

A inscrição ativa na área pedagógica tornou-se um aspecto fundamental da atividade de pesquisa e de difusão do acervo da instituição, fornecendo material para uso nas escolas e introduzindo novos textos – documentos de época a serem analisados –, identificando, desse modo, a disciplina da história como um campo de conhecimento em construção.

Entre as seções que estruturam o *site*, destaca-se aquela especificamente direcionada para o ensino fundamental e médio, intitulada "Sala de aula".⁹ Sua estrutura se apóia em dossiês temáticos, com no mínimo três documentos, de cujos textos são extraídos termos, expressões, personalidades, instituições, lugares, assuntos, eventos políticos etc., que são objeto de verbetes explicativos. Nos ver-

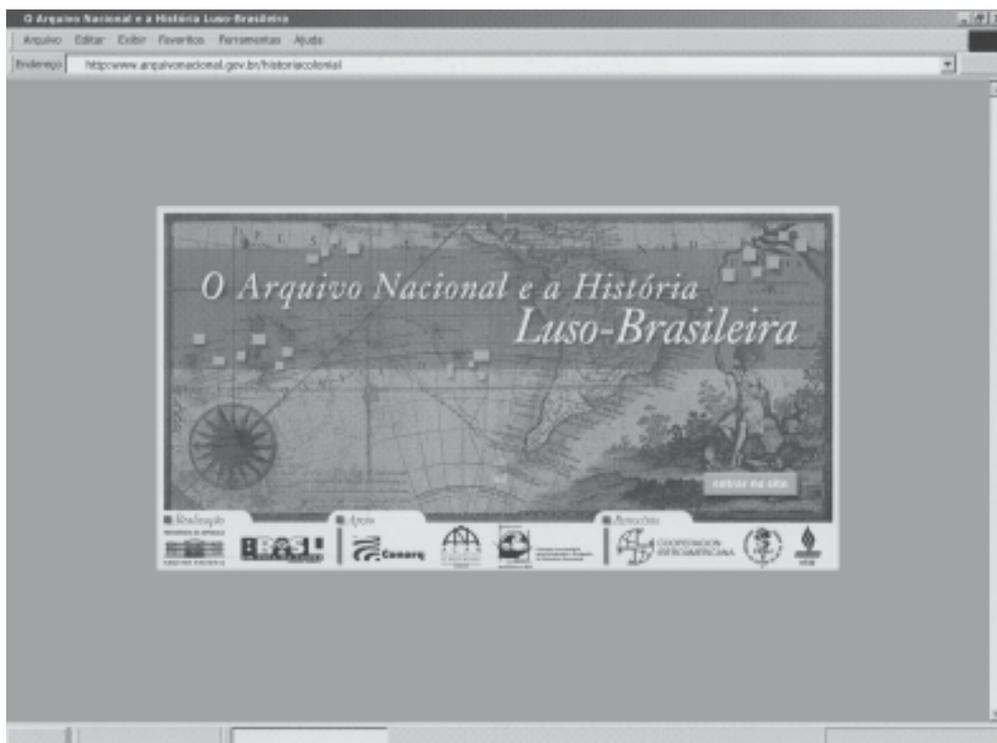
betes são explorados ainda conceitos históricos, práticas sociais e culturais, atividades econômicas e relações de trabalho, entre outras possibilidades oferecidas. Essa iniciativa visa atender a demanda da rede de ensino pública e privada que procura o Arquivo Nacional como parte das atividades extraclasse, bem como o interesse institucional no desenvolvimento dessa linha, dentro da área de pesquisa e difusão cultural.

Os textos que compõem a seção “Sala de aula” são selecionados na seção “Documentos”, a qual é composta por resumos de documentos pesquisados na base de dados *Roteiro de fontes do Arquivo Nacional para a história luso-brasileira*. Essas ementas são acompanhadas de um

texto redigido por um especialista no tema sobre as características gerais do acervo destacado, além de algumas indicações bibliográficas.

Os documentos da seção “Sala de aula” são transcritos na íntegra ou em parte, tendo sua grafia atualizada. Para ilustrar melhor a proposta desenvolvida por esta seção, é válida a leitura de uma das matérias preparadas para o tema “A expansão portuguesa: Oriente”:

Tinha-se espalhado uma notícia na Europa, que devia haver um caminho mais curto para chegar à Índia, que o que se trilhava até então. Esta idéia tinha esquentado todos os espíritos. Um *príncipe português* empreendeu



Tela de abertura do site *O Arquivo Nacional e a história luso-brasileira*, em <http://www.arquivonacional.gov.br/historiacolonial>

só, o que nenhum soberano se havia atrevido empreender. Mandou fazer esta *descoberta*. Não havia até então outra *astronomia* na Europa se não a que os árabes tinham deixado; (...) Não se conhecia a *geometria* que tem servido depois a medir os grandes corpos (...). A *bússola* já era conhecida; porém ainda a não tinham feito servir ao uso que se empregou depois. (...) Os navios portugueses dobraram o cabo que está na extremidade d'África. A corte de Lisboa prevê, que se poderá abrir por aqui a passagem à Índia, o chamou *Cabo da Boa Esperança*. Vasco da Gama chega nesta parte d'Ásia depois de riscos, penas, e trabalhos (...). A passagem dos portugueses à Índia pelo Cabo da Boa Esperança, é um dos grandes acontecimentos no nosso mundo. Esta descoberta avizinando as partes as mais apartadas do globo, tem causado uma *revolução* geral no gênio, nas *artes*, *comércio*, e *indústria*.¹⁰

Esses termos grifados correspondem aos verbetes que têm a finalidade de subsidiar os professores de história, sugerindo outros caminhos para explorar os documentos disponíveis na seção. Os verbetes são redigidos a partir de uma ampla pesquisa bibliográfica, incluindo a consulta à coleção de livros raros do Arquivo Nacional. Além disso, as matérias incluem sugestões para utilização em sala de aula, tomando-se por base o cur-

riculo de história para os segmentos fundamental e médio. Ao longo dos dois anos de funcionamento do *site*, a seção "Sala de aula" apresentou uma produção significativa que compreende 28 temas, 124 matérias e aproximadamente seiscentos verbetes explicativos.

Inúmeras possibilidades de uso se apresentam de acordo com o tratamento dispensado aos textos: para trabalhar um período histórico, por exemplo, o professor pode optar por não datar o documento. Dessa forma, poderá convidar os alunos a se perguntarem a que acontecimentos ou personagens fazem parte o referido texto; ou ainda, a que outros momentos históricos ligam-se este tema. Também poderá abordar o caráter oficial ou não do documento, mostrando os variados tipos de fontes e atores sociais existentes. Uma outra linha a ser seguida diz respeito à análise do vocabulário e conceitos de época. Esse exercício pode ser realizado através da comparação com os termos atuais, enfatizando a diferença dos seus significados sociais, culturais e políticos.¹¹ Apresenta-se, assim, para os alunos, a possibilidade da superação do conhecimento comum por meio da pesquisa às fontes de época, como um modo fundamental para a constituição de autênticos sujeitos do conhecimento, capazes de construir a sua leitura do mundo.¹²

Os textos transcritos para a seção "Sala de aula" exploram a temática do mundo luso-brasileiro, inserindo-se nos mesmos assuntos propostos para a seção "Docu-

mentos”, os quais gravitam em torno de quatro temas gerais: Expansão portuguesa, Brasil, Portugal e Império luso-brasileiro. O desdobramento desses grandes temas deu-se a partir de tópicos como religiosidade e instituições religiosas; ciência, cultura e educação; cidades coloniais e a Corte no Brasil; política externa e diplomacia do Estado português, ou em subtemas como a invasão do Rio de Janeiro por corsários franceses, os movimentos sediciosos setecentistas no Brasil, entre outros.

Um aspecto relevante quanto à proposição dos temas é que estes são eleitos a partir dos descritores temáticos presen-

tes no *Roteiro de fontes*. Como dissemos anteriormente, a base de dados oferece uma diversidade de entradas acerca do período colonial, englobando não só o Brasil, mas a totalidade do império luso-brasileiro. Explorando aspectos variados, que vão desde os assuntos institucionais até às representações culturais e as práticas cotidianas, a base também privilegia aspectos propostos pela historiografia brasileira mais recente, à luz de debates como o da história cultural, que ao utilizar diferentes metodologias e fontes de pesquisa, insere-se em uma linha

problematizadora do social, preocupada com as massas anônimas, seus



Interior de uma moradia de ciganos. Jean Baptiste Debret. *Voyage pittoresque et historique au Brésil, ou Séjour d'un artiste français au Brésil, depuis 1816 jusqu'en 1831 inclusivement, époques de l'avènement et de l'abdication de S. M. D. Pedro 1er*. Paris: Firmin Didot Frères, 1834-1839

modos de viver, sentir e pensar. Uma história com estruturas em movimento, com grande ênfase no mundo das condições de vida material (...). Uma história não preocupada com a apologia de príncipes ou generais em feitos singulares, senão com a sociedade global, e com a reconstrução dos fatos em séries passíveis de compreensão e explicação.¹³

Atento às comemorações pelo bicentenário da vinda da Corte portuguesa para o Brasil, o Arquivo Nacional já deu início a alguns trabalhos enfocando o período joanino (1808-1821). Além da recente exposição “O mundo luso-brasileiro”,¹⁴ o *site*, mais especificamente as seções “Documentos” e “Sala de aula”,

passou a contar com a presença, mais sistemática, do acervo documental da instituição sobre esse momento da história luso-brasileira. Nesse sentido, os temas “A nobiliarquia luso-brasileira” e “Portugal, Casa Real e Imperial”, a serem inseridos na página, marcam o início de uma série sobre a sede da monarquia portuguesa no período.

Uma importante contribuição do “Sala de aula” consiste em possibilitar a utilização da fonte primária no ensino da história colonial, uma vez que também são disponibilizadas cópias digitalizadas dos documentos em bom estado. Dessa forma, a seção faculta a professores e alunos a possibilidade de se familiarizar com o tempo histórico, a realidade e o espíri-



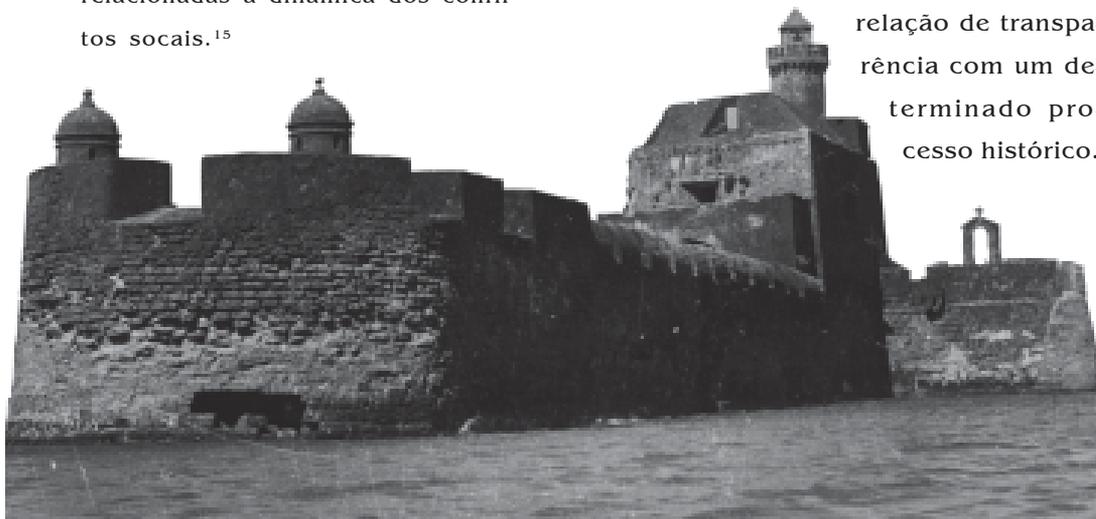
Festejo colonial. Henry Chamberlain. *Vistas e costumes da cidade e arredores do Rio de Janeiro em 1818-1820*. Rio de Janeiro: Kosmos, 1943

to de outras épocas, presentes inclusive na grafia específica desse período. Como já assinalaram alguns estudiosos sobre a relação existente entre a utilização de documentos e a sala de aula:

O simples contato com um documento de época, quer seja um registro escrito, iconográfico ou sonoro, transporta os estudantes para uma outra dimensão temporal, pelas diferenças de linguagem nos casos dos textos escritos ou na forma de apreensão da mensagem. O documento, porém, não deve ser utilizado apenas como estímulo inicial ou “ilustração” de uma determinada aula. O mesmo exercício proposto com os livros didáticos ou textos dos próprios professores pode ser realizado confrontando-se dois documentos sobre o mesmo processo, produzidos por autores com inserção social distinta, explorando as possíveis diferenças nos registros que podem ser relacionadas à dinâmica dos conflitos sociais.¹⁵

Pensado em diferentes instâncias, o significado desse acervo, quer na singularidade de um manuscrito, quer em sua relação com fundos, coleções, obras raras ou cartografia, enseja um pensamento crítico, uma curadoria do acervo institucional e da escrita da história, formulada a partir do próprio Arquivo Nacional, em uma perspectiva distinta das análises habitualmente conhecidas. Trata-se de superar um conjunto de premissas relativas ao conhecimento histórico, à natureza dos documentos, às idéias de memória e realidade que, de alguma forma, permanecem intocadas nos arquivos. Ao valor do patrimônio documental conservado no Arquivo Nacional, conferido por uma série de características, deve-se agregar a dinâmica de uma contínua interpretação de sua totalidade, dos nexos estabelecidos entre fundos e coleções, da materialidade dos diferentes suportes e formatos, enfatizando o caráter da construção e formação do acervo do Arquivo Nacional, em detrimento de uma

relação de transparência com um determinado processo histórico.



Forte em Diu, Índia. *Correio da Manhã*, s.d.

N O T A S

1. Antônio Cândido, *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*, 6ª ed., Belo Horizonte, Itatiaia, 1981, p. 227.
2. Relatório do Ministério do Império de 1853, Rio de Janeiro, Tipografia do Diário de A. & L. Navarro, 1854.
3. O projeto *Roteiro de fontes* recebeu o apoio das seguintes instituições: Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Fundação VITAE, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses (CNCDP) e Programa de Apoio al Desarrollo de Archivos Iberoamericanos (Programa ADAI).
4. Brasil, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental, *Parâmetros curriculares nacionais*, Brasília, 1998, p. 29.
5. *ibidem*, p. 45.
6. Ver www.pro.gov.uk
7. Ver www.nara.gov e www.archivesnationales.culture.gouv.fr
8. Brasil, *Parâmetros curriculares nacionais*, *op. cit.*, p. 40.
9. A mestre em história Ana Carolina Eiras Coelho Soares foi redatora da seção “Sala de aula” até junho de 2005.
10. Ver www.arquivonacional.gov.br/historiacolonial. Seção “Sala de aula”.
11. Thelma N. M. B. Silva e Heloísa J. Rabello, *O ensino de história*, Niterói, EDUFF, 1992, p. 46 e 47.
12. Paulo Knauss, *Sobre a norma e o óbvio: a sala de aula como lugar de pesquisa*, em *Repensando o ensino de história*, São Paulo, Cortez, 1996, p. 28-30.
13. Ronaldo Vainfas, *Os protagonistas anônimos da história*, São Paulo, Campus, 2002, p. 17.
14. A exposição *O mundo luso-brasileiro* esteve em cartaz no Espaço Cultural do Arquivo Nacional entre os dias 27 de setembro e 27 de outubro de 2005.
15. Marcelo Badaró Mattos, *Pesquisa e ensino*, em *História: pensar e fazer*, Rio de Janeiro, Universidade Federal Fluminense, Laboratório Dimensões da História, 1998, p. 124.